

Licenciada Maria Cidália Melo de Carvalho, assessora principal.

Vogais suplentes:

Licenciada Elisabete Azevedo Fernandes, assessora principal.

Licenciada Custódia de Jesus Arsénio, técnica superior de 1.ª classe.

20 de Fevereiro de 2006. — O Chefe da Divisão Administrativa, *José Teixeira Grosso*.

Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P.

Despacho n.º 5692/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Nos termos dos artigos 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e ao abrigo do artigo 21.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, e no âmbito das competências que me foram delegadas pela deliberação do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, de 15 de Dezembro de 2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de Janeiro de 2006, com o n.º 99/2006, subdelego no director assessor da área de engenharia, engenheiro João da Luz Antunes, com a faculdade de subdelegação, as competências que me foram delegadas através daquela deliberação, no âmbito de:

- Regulamentos gerais de segurança (RGS);
- Instruções gerais de sinalização (IGS);
- Instruções de sinalização (IS);
- Instruções complementares de segurança (ICS);
- Instruções de exploração técnica (IET);
- Instruções complementares de exploração técnica (ICET).

2 — Consideram-se ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito da presente delegação de competências.

14 de Fevereiro de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *Jorge Andrade Martins*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 305/2006. — Por deliberação da direcção do LNEC de 21 de Fevereiro de 2006:

Dr.ª Filipa Maria Correia Ramos Figueiredo, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe do mesmo quadro, no escalão 1, índice 460, da carreira técnica superior, na área funcional de gestão pública, difusão da cultura científica e tecnológica, logística e manutenção, no domínio da gestão, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do actual lugar a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 5693/2006 (2.ª série). — Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º daquele diploma legal, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a prover;

Considerando que, pelo aviso n.º 6266/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 2003, foi aberto concurso para o provimento do cargo de director de serviços de Relações Públicas desta Secretaria-Geral e que, concluído agora o mesmo, foi classificada em 1.º lugar a licenciada Maria Leonor Fonseca Madeira;

Considerando que se encontram cumpridos todos os procedimentos de recrutamento e selecção determinados pela Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, mantida em vigor por força do disposto no artigo 37.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o provimento do cargo de director de serviços de Relações Públicas desta Secretaria-Geral;

Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º e, ainda, atento o disposto no n.º 4 do artigo 37.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio directora de serviços de Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a licenciada Maria Leonor Fonseca Madeira, técnica superior principal do Instituto de Defesa Nacional, actualmente a desempenhar o cargo de chefe de divisão na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

27 de Fevereiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 3025/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Fevereiro de 2006 do director, no uso da competência própria conferida pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

Licenciadas Natália dos Anjos Bento, Margarida Alexandra Soares Nunes Mourato e Ana Bela de Jesus Pereira, técnicas superiores de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Departamento — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, técnicas superiores principais, da carreira técnica superior, no mesmo quadro, ficando exoneradas dos lugares que ocupam a partir da data da aceitação da nomeação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector, *Manuel Antunes Pinto*.

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 5694/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2006 e por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso através da necessária publicitação legal, nomeio, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a mestre Antonieta do Rosário Pinto Sebastião Rodrigues Ministro, assessora do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de directora de serviços de Estudos do Emprego, Formação Profissional, Trabalho e Rendimentos do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da funcionária nomeada.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho. A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, e nunca provida.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Síntese biográfica

Antonieta do Rosário Pinto Sebastião Rodrigues Ministro, licenciada em Economia, área de Economia Internacional (1992 — ISEG-UTL) e mestre em Economia e Política Social (1997 — ISEG-UTL). Frequentou o 2.º curso de pós-graduação em Direito da Inclusão no Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2004 e encontra-se, actualmente, a frequentar o curso de doutoramento/mestrado em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Desde Junho de 2003 é chefe de divisão de Emprego e Formação Profissional da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, onde, desde Setembro de 1998, é técnica superior e tem desempenhado funções nas áreas do emprego, formação profissional, trabalho e rendimentos, com particular destaque para as tarefas relativas à ela-

boração e acompanhamento do Plano Nacional de Emprego, desempenhando a função de coordenadora operacional do mesmo, desde 2002.

De Março de 2001 a Abril de 2002 foi assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

De Julho de 1995 a Setembro de 1998 exerceu funções de técnica superior no Instituto do Emprego e Formação Profissional, com destacamento no Observatório do Emprego e Formação Profissional.

De Julho de 1991 a Dezembro de 1997 prestou colaboração técnica ao Departamento de Estatística do então Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Tem participado em diversos grupos de trabalho e seminários ligados às questões do emprego, da formação profissional, do trabalho e da educação, sendo representante nacional no grupo de trabalho de emprego do Comité de Emprego e Assuntos Sociais (ELSA) da OCDE, no comité director do Programa LEED, igualmente da OCDE, e no grupo dos indicadores do Comité do Emprego (UE). Desde finais de 2005 é representante suplente no Comité do Emprego (UE). A nível nacional é representante suplente da DGEEP na comissão de gestão e na comissão de acompanhamento da iniciativa comunitária EQUAL e efectivo na comissão de acompanhamento do Programa Operacional da Administração Pública.

Despacho n.º 5695/2006 (2.ª série). — *Nomeação no cargo de direcção intermédia do 1.º grau de director de serviços de Estudos da Segurança Social e Acção Social.* — Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2006 e por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso através da necessária publicitação legal, nomeio nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o mestre João Manuel Grossinho Gonçalves, assessor principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Regimes e Segurança Social do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau de director de serviços de Estudos da Segurança Social e Acção Social, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do funcionário nomeado.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, provida anteriormente em regime de comissão de serviço por um ano, nos termos do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares.*

Nota biográfica

João Manuel Grossinho Gonçalves é licenciado em Gestão e Administração pela Universidade Técnica de Lisboa, licenciado em Segurança Social pelo Instituto Superior Politécnico Internacional e mestre em Políticas e Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Iniciou a sua actividade profissional em 1981 no âmbito da previdência rural desenvolvida pelas casas do povo, tendo ingressado em 1987, por transferência, na ex-Direcção-Geral da Segurança Social, sendo actualmente assessor principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social, encontrando-se desde Agosto de 2000 em comissão de serviço como director de serviços de Estudos de Segurança Social e Acção Social da actual Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Representante de Portugal no grupo de trabalho de política social da OCDE e participação, em representação do Ministério e da Direcção-Geral em diversas comissões e grupos de trabalho.

Autor de trabalhos publicados na área da segurança social, exercendo funções docentes na área social na Universidade Internacional e membro do Centro de Estudos e Investigação de Segurança Social (1992-2000) e posteriormente desde 2000 na Universidade Católica em Lisboa onde lecciona as disciplinas de Políticas Sociais e Segurança Social.

Despacho n.º 5696/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2006:

Por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso através da necessária publicitação legal, nomeio, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005,

de 30 de Agosto, o engenheiro José Antunes Martinho, especialista de informática do grau 3, nível 2, do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Sistemas Informáticos do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do funcionário nomeado.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, e nunca provida.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares.*

Síntese de nota biográfica

José Antunes Martinho, nasceu em 3 de Agosto de 1950, licenciou-se em Engenharia Electrotécnica, ramo de Telecomunicações e Electrónica, em 1976, pelo Instituto Superior Técnico.

Admitido em regime de tarefa no Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Indústria e Tecnologia, em 1979, tomou posse como técnico superior de 2.ª classe no quadro deste Gabinete em 16 de Junho de 1980.

De 1979 a 1985 desenvolveu actividade na área de informática, na maior parte do tempo no Núcleo de Estatística e Informática do GEP. Responsável pela área informática de 1985 a 1988.

Nomeado em comissão de serviço no cargo de chefe de divisão, em 13 de Setembro de 1988.

Transitou em 1990 para a carreira técnica superior de informática, na categoria de técnico superior principal

Em 1995 foi provido definitivamente no lugar de assessor de informática principal, mantendo a chefia de divisão.

Em 3 de Maio de 1999 foi requisitado para exercer funções no Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Em 25 de Outubro de 1999 foi nomeado chefe de divisão, em regime de comissão de serviço por um ano.

É especialista de informática do grau 3, nível 2, 4.º escalão, desde 1 Abril de 2000.

Foi nomeado chefe de divisão em comissão de serviço, após concurso, em 14 de Agosto de 2001.

Foi nomeado chefe de divisão em comissão de serviço por um ano, em 29 de Junho de 2003, na Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento.

Nomeado, em representação do DEPP e DGEEP, em diversos grupos de trabalho, alargados e restritos, no âmbito do Ministério.

Exerceu a actividade de docente em cadeiras da área de Informática na licenciatura de Gestão de Empresas do ISLA de 1990 a 2004.

Despacho n.º 5697/2006 (2.ª série). — *Nomeação no cargo, de direcção intermédia do 1.º grau, de director de serviços no Centro de Informação e Documentação.* — Por meu despacho de 16 de Fevereiro de 2006 e por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso através da necessária publicitação legal, nomeio nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Júlia Maria Maia Costa, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Cooperação Portuguesa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no cargo, de direcção intermédia de 1.º grau, de directora de serviços do Centro de Informação e Documentação, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da funcionária nomeada.

A presente nomeação produz efeitos à data do presente despacho.

A vaga que vai ocupar é resultante do lugar criado pelo mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2003, de 28 de Junho, provida anteriormente no regime de comissão de serviço por um ano, nos termos do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

16 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares.*

Nota biográfica

Júlia Maria Maia Costa, nascida em 28 de Setembro de 1952, natural de Torres Vedras, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas